

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**MIRIAN MENEGATTI**

**OS DISCURSOS SOBRE GÊNERO NO CONTEXTO ESCOLAR**  
**PRESENTES EM REVISTAS ACADÊMICAS FEMINISTAS**

**Florianópolis**

**2016**

**MIRIAN MENEGATTI**

**OS DISCURSOS SOBRE GÊNERO NO CONTEXTO ESCOLAR  
PRESENTES EM REVISTAS ACADÊMICAS FEMINISTAS**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola vinculado ao Instituto de Estudos de Gênero do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Apresentado como requisito final à obtenção do título de Especialista em Gênero e Diversidade na Escola (GDE).

Orientadora Profa. Dra. Cristina Scheibe Wolff

**Florianópolis**

**2016**

## AGRADECIMENTOS

Registro aqui um agradecimento especial pelo financiamento dado ao Curso de Especialização EaD em Gênero e Diversidade na Escola da Universidade Federal de Santa Catarina (GDE/UFSC) através do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE) gerido pela SECADI/MEC (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação) na gestão da presidenta Dilma Rousseff (2011-2015), sem o qual seria impossível a operacionalização de um curso de dois anos de duração em cinco cidades de diversas regiões do estado de Santa Catarina. Agradecemos, sobretudo, os investimentos que durante os últimos 13 anos possibilitaram a expansão de políticas públicas de combate a fome, ao racismo, sexismo, lesbofobia, homofobia, transfobia e ao capacitismo. Infelizmente, a conjuntura política no último ano quase impossibilitou a conclusão desta 3ª edição do GDE, sobretudo depois da extinção da SECADI, que foi criada em 2004 e que possibilitou a realização de centenas de cursos com temáticas que versavam sobre diferenças, desigualdades e direitos humanos em todo o Brasil. Uma política de governo que infelizmente não se concretizou em uma política de Estado, ao contrário, vem sendo extinguida e criminalizada por diversos setores conservadores na sociedade. Que essa especialização seja lembrada como um espaço de resistência e de luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

Agradeço a quem fundou essa pós graduação em gênero, quem teve a ideia e colocou-a em prática e aos/as professores que continuam firmes com ela, em especial aqueles que tive o prazer de conhecer, que mostraram o quanto ainda temos que aprender e como é importante e desafiante discutir gênero mas mesmo com tantos desafios não podemos desistir, em especial Miriam Pillar Grossi (não tive a oportunidade de conhecer, mas ouvi a carta que escreveu na aula em Florianópolis e foi sensacional do início ao fim), Jair Zandoná, Pedro Rosas Magrini, Leandro Oltramari, Marivete Gesser, Olga Regina Zigelli Garcia, Tânia Welter, Myriam Aldana, aos/as tutores/as a distância e com carinho a tutora presencial Claudia Cristine Moro e a orientadora Cristina Scheibe Wolff. Sem esse time nada seria possível.

Agradeço também a turma Ana Alice Costa, que me acolheu mesmo eu não sendo professora, em especial ao Lucas Guerra com quem dividi o longo trecho de Chapecó a Concórdia. Por fim a todos/as que de forma direta ou indiretamente contribuíram com caronas, pousos, lanches, trocas e conhecimento.

## RESUMO

Estudo do tipo revisão integrativa, com abordagem qualitativa, cujo objetivo é analisar o que as revistas: Estudos Feministas e Cadernos Pagu, tem referido sobre gênero no contexto escolar nos últimos dez anos. A temática, gênero no contexto escolar, torna-se importante para entender o que os/as escritores/as, profissionais da educação, pesquisadores/as e os/as alunos/as têm discutido sobre esta área e quais são os entendimentos que permeiam a categoria de análise gênero dentro dos espaços escolares. Espera-se com este estudo problematizar e entender as produções que circulam nestes meios científicos, analisando em um período temporal considerado como atual perante as discussões de gênero.

Palavras-chave: Gênero. Educação. Revistas Feministas.

## **ABSTRACT**

An integrative review with a qualitative approach, whose objective is to analyze what the journals: *Feminist Studies* and *Cadernos Pagu*, has referred to gender in the school context in the last ten years. The theme, gender in the school context, becomes important to understand what writers, educational professionals, researchers and students have discussed about this area and what are the understandings that permeate Category of gender analysis within school spaces. This study is expected to problematize and understand the productions that roam in these scientific circles, analyzing in a temporal period considered as current towards the discussions of gender.

Keywords: Gender. Education. Feminist Magazines.

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Dados da Revista Estudos Feministas .....	36
Tabela 2 – Dados da Revista Cadernos Pagu.....	42
Tabela 3 – Dados da Revista Estudos Feministas completo.....	17
Tabela 4 - Dados da Revista Cadernos Pagu completo.....	18

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AIDS – Síndrome da Imunodeficiência Humana

FNDE - Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação

GDE – Gênero e Diversidade na Escola

IEG – Instituto de Estudos de Gênero

MEC – Ministério da Educação

PCN'S – Parâmetros Curriculares Nacionais

REF – Revista Estudos Feministas

SECADI - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

UNOCHAPECÓ- Universidade Comunitária da Região de Chapecó

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. METODOLOGIA DA PESQUISA	14
3. RESULTADOS E DISCUSSÕES	20
3.1 Meninos x meninas: o corpo como alvo de praticas disciplinares	20
3.2 Afinal o que é gênero? Conceitos de gênero presentes na revisão integrativa	25
3.3 Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)	26
3.4 As questões de gênero presentes no dia a dia de sala de aula	27
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
5. REFERÊNCIAS	33
APÊNDICE A – Protocolo da Revisão Integrativa	35
APÊNDICE B – Tabela Dados das Revistas Científicas	38



## 1. INTRODUÇÃO

Com o passar dos tempos a sociedade viveu e continua vivendo significativas transformações políticas, sociais, culturais e econômicas. Todas essas mudanças são vivenciadas de certa forma também nas escolas, alterando o processo educativo que oferecem, o que faz com que seus objetivos tenham que se adequar a novas demandas sociais. Pode-se dizer que um tema que tem emergido no contexto escolar recente é gênero e este vem causando polêmicas.

No documento do governo chamado de Plano Nacional da Educação (2014 – 2024) que tem como objetivo ser um instrumento de planejamento do Estado que orienta a execução e o aprimoramento de políticas públicas da educação, estão definidos os objetivos e metas para o ensino em todos os níveis – infantil, básico e superior – a serem executados nos próximos dez anos e neste documento é mencionado que gênero foi excluído do texto<sup>1</sup>.

Gênero estava contemplado na diretriz que previa a superação das desigualdades educacionais (inciso III do art. 2º do substitutivo da Câmara). O Senado alterou esse dispositivo, retirando a ênfase na promoção da “igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual”, expressão substituída por “cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação”. Mas porque gênero causa tanta polêmica e sofre de negligência no contexto escolar? O que temos de materiais bibliográficos a respeito de gênero no contexto escolar?

Pensando em respostas a estas questões, desenvolveu-se este estudo que tem como objetivo analisar o que as revistas Estudos Feministas e Cadernos Pagu, tem referido sobre gênero no contexto escolar, nos últimos dez anos. Torna-se relevante pesquisar nestas revistas sobre esse assunto, para entender o que autores/as, pesquisadores/as, os/as profissionais da educação, os/as alunos/as, estão discutindo sobre gênero, o que está circulando nos espaços escolares sobre essa categoria de análise importante e atual.

Estas revistas foram escolhidas, pois são referências nos estudos de gênero, sendo de fácil acesso em meios eletrônicos.

Pesquisar dentro destas revistas, buscando artigos relacionados a gênero no contexto escolar, pode até se apresentar inicialmente como algo simples, porém analisar os estudos encontrados e realizar uma problematização destes torna-se algo mais complexo e de longo

---

<sup>1</sup> Texto disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>. Acesso em 24 de setembro de 2016.

processo de estudo, no qual se pretende sistematizar diversificados pontos de vistas e opiniões de um mesmo assunto, criando um novo estudo compreensível e rico de informações.

Sabe-se que cada pesquisador/a pensa de uma forma, para alguns é papel da escola abordar as questões de gênero e para outros não é. Para Katia Pupo (s/d) é tarefa da escola fazer com que alunos e alunas reflitam sobre seus sentimentos e emoções diante de conflitos interpessoais, desconstruindo preconceitos de gênero e contribuindo para a construção de novos modelos de relação entre homens e mulheres, pautados em princípios de igualdade e justiça.

Pupo (s/d) me faz lembrar do início deste curso quando ainda no primeiro livro foi abordada a importância das discussões da temática gênero e educação, na qual a instituição escolar, de forma explícita ou implícita, por meio do seu currículo, seu projeto político pedagógico, ainda é um local privilegiado para discussão e reflexão sobre a produção e reprodução das desigualdades de gênero.

Assim, desenvolveu-se esse estudo focando como está sendo discutido gênero no contexto escolar e de que forma isso está sendo publicado nas revistas do campo dos estudos feministas e de gênero, buscando traçar um caminho novo de conhecimento. Optou-se também pelas revistas de gênero em virtude de sua aproximação com as leituras dialogadas no decorrer do curso.

Ao escolher uma revisão integrativa como metodologia de estudo torna-se necessário ter clareza de que forma será realizada esta revisão, em que base de dados serão extraídos os estudos para a pesquisa, livros físicos, buscas *online*, artigos científicos, jornais, periódicos, enfim uma série de possibilidades se apresentam.

Para a presente revisão definiu-se pela busca de dados em duas revistas científicas. As revistas se caracterizam como um meio de comunicação acessível à maioria das pessoas, pois podem ser encontradas em bibliotecas públicas, de universidades e em meios eletrônicos. Para Tânia Regina de Luca (2006) a revista é uma forma de divulgar as informações através da palavra escrita.

Para Luca (2006), desde os anos 1980, os historiadores valem-se da imprensa não apenas com intensidade crescente, mas também a partir de abordagens que problematizam o uso dessa fonte como mero receptáculo de dados.

Ao lado das informações contidas, versões apresentadas, causas abraçadas, interesses políticos e econômicos de seus proprietários, aspectos que encontram na exegese do discurso um instrumento analítico dos mais importantes, tem-se prestado particular atenção ao círculo formado em torno das redações, entendidas como espaços de sociabilidade que agregam indivíduos com base em projetos políticos, artístico-

literários, crenças e valores que se pretende difundir por meio da palavra escrita. (LUCA, 2006, p. 98)

Fazendo resgate histórico, Luca (2006) descreve que as primeiras revistas literárias e culturais, eram destinadas a difusão de prosa de ficção, poesia e crítica, enquanto as demais possuíam escopo mais abrangente e também abrigavam ensaios sobre temas variados, sempre com o intuito de discutir os grandes problemas nacionais e apontar caminhos para solucioná-los.

As revistas eram de início instrumentos de luta e difusão de manifestos e princípios, cumpriam a função de combater o passado e dar publicidade aos novos ideais, desempenhando papel estratégico no processo que consagra e transforma a novidade em informação, colaborando assim para difundir correntes literárias e habituar os/as leitores/as aos textos. (LUCA, 2006)

Assim, pensando em quais revistas ainda mantêm seus ideais de serem propulsoras de informação, foram selecionadas as Revistas Estudos Feministas (REF) e Cadernos Pagu, para embasar este estudo, também devido as suas amplitudes de artigos, a postura crítica dos/as redatores/as, sendo que ambas são referência nos estudos de gênero.

Importante ressaltar também que a Revista Estudos Feministas foi à primeira revista acadêmica no campo de estudos de gênero e feministas no Brasil, logo seguida pelos Cadernos Pagu/Unicamp e mais tarde por outras correlatas (LUCILA SCAVONE, 2013).

A Revista Estudos Feministas é um periódico publicado de quatro em quatro meses, que circula de forma nacional e internacional, está sediada no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC e nela são publicados artigos, ensaios e resenhas abrangendo diferentes áreas disciplinares e a partir das mais variadas perspectivas e vozes no campo dos estudos feministas e de gênero<sup>2</sup>.

O objetivo da revista foi o de integrar a prática acadêmica com a prática política, já que a reflexão do campo dos estudos feministas e de gênero nasce justamente da prática dos movimentos sociais, que denunciam as desigualdades, as violências e discriminações fundadas no gênero e na sexualidade (RAMOS; MUZART. 2013, p. 574).

Tânia Regina de Oliveira Ramos e Zahidé Lupinacci Muzart (2013) descrevem que a Revista Estudos Feministas é fruto do debate de diversas acadêmicas feministas reunidas em torno de um projeto apoiado pela Fundação Carlos Chagas e pela Fundação Ford, no sentido de criar no Brasil as condições para os estudos no campo sobre mulheres e relações de gênero, sendo que sua primeira editoria ficava localizada no Rio de Janeiro, na Escola de

---

<sup>2</sup> Informações retiradas no site da revista. Disponível em:<http://refe.paginas.ufsc.br>. Acesso em 31 de julho de 2016.

Comunicação da UFRJ e em 1999 veio para a UFSC, sob a responsabilidade de um coletivo interdisciplinar, que posteriormente se tornou o IEG - Instituto de Estudos de Gênero. (RAMOS; MUZART, 2013).

O perfil temático da REF reafirma o seu compromisso científico-acadêmico e a sua posição política em relação aos movimentos sociais, sendo fruto de um projeto coletivo de mulheres (LUCILA SCAVONE, 2013).

A Revista *Cadernos Pagu*, teve seu primeiro lançamento no ano de 1993 e desde então vem contribuindo para a constituição do campo de estudos de gênero no Brasil. A revista foi criada em um momento em que os estudos de gênero já contavam com alguma legitimidade acadêmica no país e a intenção era ampliar sua visibilidade, difundindo e estimulando a produção de conhecimento na área<sup>3</sup>.

Para as autoras Zuleica Pretto e Mara Lago (2013), ambos os periódicos se caracterizam como uma importante expressão dos estudos voltados à área de gênero na contemporaneidade, sendo considerados no Brasil e fora dele.

Entre as duas revistas foram encontrados 18 artigos relacionados a gênero no contexto escolar no período de 2006 a 2016, os quais foram analisados para o desenvolvimento do presente estudo.

Na primeira parte destaca-se a diferenciação adotada pelos/as professores/as em relação a meninos e meninas, as atitudes e tratamentos que diferem em sala de aula devido ao sexo biológico de cada um/a.

Na segunda parte deste estudo destacam-se as categorizações referentes a gênero que são abordadas nos artigos, como cada autor ou autora entende gênero e trabalha com essa categoria de análise, citando autores como Judith Butler, Guacira Lopes Louro e Joan Scott.

Na terceira parte aborda-se os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) os quais iniciam uma nova trajetória nas escolas, abordando temas transversais como sexualidades, gênero, racismo, enfim assuntos que eram escondidos e silenciados do mundo escolar.

Ao finalizar contextualizam-se as questões de gênero presente no dia a dia de sala de aula, e como aparecem nos artigos, enfatizando que os/as professores/as já trabalham esta categoria, apenas precisam visualizar e entender que é gênero.

---

<sup>3</sup>Informações retiradas no site da revista. Disponível em: <http://www.pagu.unicamp.br/en/cadernos-pagu>. Acesso em 31 de julho de 2016.

## 2. METODOLOGIA DE PESQUISA:

Este estudo se constituiu em uma revisão integrativa, caracterizada por uma análise de diversos estudos e pesquisas, em que se obtêm vários conhecimentos que permeiam um mesmo assunto, pois são estudos com métodos, opiniões, pontos de vistas diversificados. (GANONG, 1987).

Segundo Ganong (1987)

a revisão integrativa de pesquisa é uma parte importante do processo de criação e de organização de um corpo da literatura. [...] as revisões integrativas deverão ser realizadas segundo as mesmas normas de clareza, rigor, como a investigação e replicação. (GANONG. 1987. p. 1).

O método de revisão integrativa sistematiza estudos diversificados de um mesmo assunto, criando um novo estudo compreensível e rico de informações. Uma revisão integrativa de qualidade auxilia pesquisadores/as a identificar de uma forma sintética resultados de pesquisas, fatores importantes de serem trabalhadas, formas de intervenções capazes de alterar, de forma positiva, cenários até então críticos.

Para uma revisão integrativa gerar novos conhecimentos, precisa garantir precisão em seus dados, objetividade e análise profunda, de modo a proporcionar a quem lê a informação completa e não apenas seus resultados, procurando sempre informar e não desarmar o/a pesquisador/a. (GANONG, 1987).

Para conduzir essa revisão foram desenvolvidas as seguintes etapas:

*a)Elaboração de um protocolo (APÊNDICE A);*

Na fase da elaboração do protocolo delimitou-se sobre a participação das pesquisadoras, quem iria buscar e checar os dados, realizar a avaliação crítica dos estudos e as análises apontando possíveis resultados.

Também se delimitou a pergunta que nortearia o estudo: O que as revistas Estudos Feministas e Cadernos Pagu tem referido sobre gênero no contexto escolar nos últimos dez anos?

Definiu-se após, o objetivo do estudo de analisar o que as revistas Estudos Feministas e Cadernos Pagu, têm referido sobre gênero no contexto escolar, nos últimos dez anos.

Também o desenho do estudo como uma revisão integrativa de abordagem qualitativa. Após organizou-se os critérios de inclusão e exclusão dos artigos.

*b) Critérios de busca dos estudos:* nessa fase foram estabelecidos os critérios de inclusão e exclusão, os quais delimitaram a pesquisa:

Como critérios de inclusão optou-se por artigos publicados no formato científico e estudos completos publicados na íntegra, na língua portuguesa, com acesso livre e como critérios de exclusão optou-se em estudos do tipo: revisões bibliográficas não sistematizadas, cartas, resenhas, editoriais, trabalhos publicados na forma de resumo, publicações governamentais, boletins informativos, estudos que não estavam disponibilizados no formato completo para análise e artigos que não estejam em português. Também foi considerado o ano de publicação dos artigos entre os anos de 2006 a 2016.

*c) Busca e seleção dos estudos:*

Neste item começou-se a realizar a pesquisa, sendo que no dia 25 de julho de 2016 na biblioteca da Universidade Comunitária da Região de Chapecó – Unochapecó realizou-se as primeiras buscas nas revistas Estudos Feministas e Cadernos Pagu, selecionando artigos referentes a gênero no contexto escolar, observando o ano de publicação e a titulação, bem como todos os critérios de inclusão e exclusão dos estudos, fazendo um levantamento de quantos eram e elaborando um fichamento de todos.

Como a pesquisa em biblioteca não gerou resultados satisfatórios, pois faltavam exemplares das revistas, no dia 28 de julho de 2016, de forma *online*, no site <http://www.ieg.ufsc.br/>, continuou-se as buscas nas revistas, analisando os anos mais recentes que não foram encontrados na biblioteca da universidade, analisando todos os sumários e salvando em arquivo próprio os artigos referentes a gênero no contexto escolar;

*d) Checagem inicial dos dados coletados;*

Após a busca e seleção dos artigos observou-se que a Revista Estudos Feministas publicou nos últimos dez anos, oito artigos relacionados a gênero no contexto escolar e a Cadernos Pagu, publicou dez artigos.

Os anos que tiveram maior publicação foram em 2011 para a REF com quatro artigos e 2006 para Cadernos Pagu com cinco artigos. De todos os artigos de ambas as revistas nenhum autor ou autora publicou mais que um artigo neste período.

O que chamou a atenção foram os títulos dos artigos científicos, os quais traziam as palavras menina e menino de forma recorrente, sendo que nos Cadernos Pagu estas palavras apareceram em cinco títulos. A palavra gênero também em ambas as revistas apareceram em mais de cinco títulos cada uma.

*e) Avaliação crítica dos estudos: organizados em planilha contendo: ano de publicação, título, autores/as, tipo de pesquisa, objetivos e conclusões;*

Após a análise inicial iniciou-se a tabulação dos dados, a qual pode ser verificada no APÊNDICE B, página onde estão disponíveis as tabelas contendo informações relevantes que possibilitaram organizar o estudo e realizar cruzamentos de dados, como as maiores abordagens nos títulos, a forma de pesquisa de cada autor/a e quais as principais conclusões obtidas nos 18 artigos encontrados.

Apresentamos a seguir duas breves tabelas, apenas com os títulos e os objetivos para facilitar a leitura.

<b><u>Tabela 01: DADOS DA REVISTA ESTUDOS FEMINISTAS</u></b>	
Título do artigo selecionado	Objetivos dos artigos
1. Gênero e cotidiano escolar: dilemas e perspectivas da intervenção escolar na socialização afetivo-sexual dos adolescentes	Analisa as classificações de gênero utilizadas por professores que desenvolvem projetos de orientação sexual na cidade do Rio de Janeiro para explicar as perspectivas e os dilemas da intervenção escolar na socialização afetivo-sexual dos adolescentes.
2. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença	Problematiza os limites das instituições sociais em lidar com os sujeitos que fogem às normas de gênero.
3. Ser professora, ser mulher: um estudo sobre concepções de gênero e sexualidade para um grupo de alunas de pedagogia.	Investigar as concepções de relações de gênero de um grupo de alunas do curso de Pedagogia que já atuam na educação escolar como professoras.
4. Práticas pedagógicas reprodutoras de desigualdades: a sub-representação de meninas entre alunos superdotados	Investigar se os sinais manifestos de superdotação são mais detectados nos alunos do que nas alunas e por quê.
5. Um bocado de sexo, pouco giz, quase nada de apagador e muitas provas: cenas escolares envolvendo questões de gênero e sexualidade	Análise de cenas escolares, fruto de etnografia em salas de aula do ensino fundamental e do ensino médio na cidade de Porto Alegre
6. Normas de gênero em um currículo escolar: a produção dicotômica de corpos e posições de sujeito meninos-alunos	Observar e analisar a produção de corpos e posições de sujeito meninos-alunos em um currículo escolar.
7. Usos e incompreensões do conceito de gênero no discurso educacional no Brasil	Assinala usos e incompreensões do conceito de gênero no campo educacional no Brasil e suas implicações para as políticas e práticas educacionais
8. Professoras trans brasileiras em seu processo de escolarização	Contextualiza os caminhos percorridos e os obstáculos enfrentados por professoras trans brasileiras durante seu processo de escolarização e inserção na docência.



*Tabela 02: DADOS DA REVISTA CADERNOS PAGU*

Título do artigo selecionado	Objetivos
1. Pequena infância, educação e gênero: subsídios para um estado da arte.	O texto reúne pesquisas até então esparsas da área da educação infantil (primeira etapa da educação básica) que analisam as relações de poder entre meninas e meninos de 0 a 6 anos
2. Marcadores sociais da diferença e infância: relações de poder no contexto escolar	Analisar temas como a relação das crianças com as diferenças de classe, raça, gênero e outros marcadores sociais, as hierarquias de poder na sala de aula e as concepções infantis sobre eteronormatividade.
3. Brincadeiras de meninas e de meninos: socialização, sexualidade e gênero entre crianças e a construção social das diferenças	O artigo discute a socialização infantil em relação à construção da sexualidade e à identidade de gênero reproduzida e re-elaborada pelas crianças, em especial, os modelos de feminilidade pensados e exigidos pelas próprias meninas, modelos estes presentes nos jogos e brincadeiras entre garotos e garotas de uma comunidade praieira na Bahia, de maioria negra e pobre.
4. Jogos de gênero: o recreio numa escola de ensino fundamental	Observar as relações de gênero entre crianças para, a partir daí, definirmos as problemáticas emergentes e selecionar, dentre elas, um objeto de estudo pertinente
5. A aprendizagem das diferenças sociais: classe, gênero e corpo em uma escola para meninas	O artigo discute a relação entre educação e estratificação social por meio do estudo de uma escola profissional feminina privada, voltada para atender famílias de alta renda na cidade de São Paulo, por volta de 1960.
6. Meninas e meninos na Educação Infantil: uma questão de gênero e poder	Analisa as estratégias voltadas para a normalização e o controle das expressões corporais de meninas e meninos
7. Meninos na Educação Infantil: o olhar das educadoras sobre a diversidade de gênero	Analisa as concepções de educadoras sobre a educação de meninos no contexto institucional.
8. O trabalho como fator determinante da defasagem escolar dos meninos no Brasil: mito ou realidade?	Avaliar a influência do trabalho nas trajetórias escolares a partir dos microdados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio – PNAD 2006
9. O sujeito homossexual como tema de aula: limites e oportunidades didáticas	Analisa três atividades pedagógicas realizadas por profissionais de educação que se propuseram abordar a homossexualidade com suas turmas de educação básica, como parte do seu processo de aprendizado, em escolas públicas da região metropolitana do Rio de Janeiro
10. Educação Física na Educação Infantil: educando crianças ou meninas e meninos?	O artigo trata das relações de gênero em aulas de Educação Física na Educação Infantil.

f) *Síntese, análise e resultados dos dados;*

Para análise seguiu-se as recomendações de Maria Cecília Minayo (2010) referentes à modalidade de análise temática, que busca descobrir os núcleos de sentido que compõem uma comunicação, cuja presença, ou frequência signifiquem alguma coisa para o objeto analítico visado. (MINAYO, 2010, p. 316). A análise temática se divide em três etapas:

1) **Pré-análise:** realizou-se uma leitura do conjunto do material selecionado, buscando visualizar todo contexto abordado e apreender as particularidades. Organizamos uma classificação inicial e determinar alguns conceitos.

Nessa fase pré-analítica, determina-se a unidade de registro (palavra chave ou frase), a unidade de contexto (a delimitação do contexto de compreensão da unidade de registro), os recortes, a forma de categorização, a modalidade de codificação e os conceitos teóricos mais gerais [...] que orientarão a análise. (MINAYO, 2010, p. 317).

2) **Exploração do material:** visou-se alcançar o núcleo de compreensão dos textos, através da procura pelas partes centrais dos estudos. Em seguida, foi feita uma seleção e uma leitura dialogada com os diferentes conceitos, identificando os núcleos de sentido com o que foi coletado nos estudos. Esses núcleos foram analisados, novos núcleos foram criados, elaborando uma redação com cada tema, organizando assim as ideias, os conceitos e os principais resultados (MINAYO, 2010).

3) **Tratamento dos resultados obtidos e interpretação:** ao final, realizaram-se as interpretações, com o quadro teórico desenhado anteriormente, sintetizou-se os dados em forma de redação, na qual foi considerado todo o complexo da pesquisa. (MINAYO, 2010) Também para subsidiar as discussões, foram utilizados alguns autores externos da revisão integrativa, tendo em vista a necessidade de fundamentação.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÕES:

#### 3.1 Meninos x meninas: o corpo como alvo de práticas disciplinares

Para a análise dos artigos, realizamos leitura minuciosa de cada um dos selecionados, observando pontos que aparecem nos vários artigos, quais as classes sociais dos/as entrevistados/as, se são professores/as, alunos/as, pais, mães entre outras variáveis, e quais as observações dos/as pesquisadores/as após as coletas e análises dos dados.

Constatou-se que dos 18 artigos coletados na pesquisa, nove destes, abordam as questões de gênero na escola a partir do olhar e da problematização de meninos *versus* meninas, ou seja, as/os autoras/es partem de uma ideia de gênero binária, de certa forma naturalizada, e assimilada ao sexo. (LINDA NICHOLSON, 2010).

Os/as pesquisadores/as buscam entender nas relações dos/as professores/as com alunas e alunos, como são as atitudes, os comportamentos e as formas de tratamento que são oferecidas aos meninos e as meninas e concluem que essas atitudes e comportamentos expressam diferenças fundamentais, que refletem as que se vivem na sociedade em geral. Ou seja, o fato de serem professoras e professores, com formação didática específica, e no contexto escolar, que deveria ser mais ou menos isento de preconceitos, não preserva o espaço da escola do sexismo e dos preconceitos quanto ao gênero e a sexualidade.

Dentre os 18 artigos, dez apresentam entrevistas com professores/as, os/as quais indicam em suas falas e atitudes, formas de diferenciação com que tratam os meninos e as meninas. Como observamos na pesquisa de Marina Mariano e Helena Altmann (2016) intitulada de Educação Física na Educação Infantil: educando crianças ou meninos e meninas? em que as autoras afirmam que as situações de aula e intervenções docentes, contribuem na construção das relações de gênero, e, em muitos momentos, classificam e hierarquizam os corpos e as práticas de meninos e meninas de modo distinto. Na pesquisa destas autoras, elas analisam as práticas e usos de linguagem que produzem desigualdades de gênero nas aulas.

Mariano e Altmann (2016) descrevem que é uma questão de oportunidade evitar a segregação entre meninos e meninas, durante seu crescimento até a vida adulta.

Quando as crianças, que frequentam a escola, são livres para decidirem onde e como querem ficar, elas não se dividem, meninas de um lado e meninos de outro, mas sim se misturam, convivem como iguais, ou seja, são os/as professores/as que usam da separação para a organização, sem perceber que essa separação pode contribuir para uma estigmatização que poderá seguir a vida toda.

As formas como meninas e meninos vão sendo educados, influencia sua formação de tal maneira que pode contribuir para se tornarem mais críticos e esclarecidos ou para limitar suas iniciativas e aspirações. Também em relação às práticas corporais, as falas e formas de intervenção docentes podem torná-los mais ou menos confiantes em relação a suas habilidades e possibilidades de experimentar o corpo, logo, mais ou menos hábeis corporalmente. (MARIANO; ALTMANN. 2016. p. 424)

Os/as professores/as ao separarem meninos e meninas, podem não imaginar o trauma que, às vezes, criam em crianças, os/as quais nascem em corpo de menino, mas se vêem como menina, ou vice versa, que é o caso das pessoas trans. Imagina-se como deve ser difícil para uma criança, seguir normas das quais discordam, mas também não entendem ainda o que está acontecendo.

A pesquisa de Neil Franco e Graça Aparecida Cicillini (2015) intitulada de Professoras trans brasileiras em seu processo de escolarização, aponta que a escola exerce o preconceito e a exclusão e, conseqüentemente, contribui para a evasão dos sujeitos transexuais. Sendo a escola o lugar por excelências das formas de normalização dos corpos, os corpos de transexuais representam o oposto da norma, aqueles que sempre escaparão das teias disciplinares do governo escolar.

Para estes pesquisadores o estigma, o preconceito, o trauma e o sofrimento são as expressões que definem as vivências escolares dos transexuais. Sendo a escola vista como um dos principais desencadeadores dos processos de exclusão, expressos por uma violência anunciada, em sua maioria, por parte do corpo discente e outra violência velada e/ou silenciada, pelos/as agentes escolares (FRANCO E CICILLINI, 2015 p. 334).

Os/as professores/as criam expectativas em torno do que é ser feminino/menina e masculino/menino e recriam isso nos/as alunos/as, sendo que essas expectativas são expressas por falas e gestos, como são apresentadas na pesquisa de Claudia Viana e Daniela Finco (2009), publicada nos Cadernos Pagu, titulado de Meninas e Meninos na educação infantil: uma questão de gênero e poder, uma professora descreve em entrevista que:

As meninas são mais meiguinhas, são mais dóceis, mais caprichosas, mais atenciosas. Os meninos gostam mais de brincar, são mais descuidados, mais agitados, tem uma diferença muito grande. As cores eles se prendem, o azul e o cor de rosa, a gente mesmo adulto acaba impondo isso, se você vir as portas dos banheiros é azul dos meninos e rosa das meninas (VIANA E FINCO. 2009. p. 275-276).

Essas falas contidas no trabalho das autoras apresentam de forma clara quais são as visões dos/as professores/as em relação aos comportamentos esperados por meninos e meninas, mas e quando um/a aluno/a foge ao padrão esperado, como as/as professoras/es reagem?

Na pesquisa de Viana e Finco (2009) elas relatam dois fatos que ocorreram em uma escola, o primeiro é sobre um menino que quer usar uma fantasia de noiva e outro de uma menina que sempre usa tênis de menino. Ao final as autoras concordam que o que ocorre é uma “vigilância hierárquica” de controle sobre o corpo alheio, pois as crianças não vêem como errado o menino se vestir de menina ou a menina usar tênis de menino, mas a/o professora/o discorda do comportamento e tenta de todas as formas fazer com que a criança mude. “Acho que é o olhar do adulto que aponta o erro para as crianças, elas são inocentes, as crianças não percebem e não estão preocupadas com aquilo” (fala de uma professora entrevistada presente no artigo de Viana e Finco, 2009). Apontando mais uma vez como são os/as professores/as que direcionam o comportamento da criança.

Os significados de gênero são expressos nos corpos de meninos e meninas de acordo com as expectativas colocadas diariamente para as crianças, na forma como as professoras interagem com elas. Os corpos de meninos e de meninas passam, desde muito pequenos, por um processo de feminilização e masculinização, responsável por torná-los “mocinhas” ou “moleques” (VIANA; FINCO. 2009. p. 279)

Esses comportamentos dos/as professores podem ser entendidos, porque como afirma Isabel de Oliveira Silva e Iza Rodrigues da Luz (2010) os/s professores foram criados assim, vendo as mulheres sendo submissas aos homens, então acreditam que seja o correto agir desta forma e também não receberam capacitações de como trabalhar em relação às questões de gênero em sala de aula, o que ocasiona desentendimentos e desencontros de informações.

Os artigos analisados são unânimes em apontar que a escola é um espaço que recria valores e atitudes nos/as alunos/as, sendo um espaço em que se aprende uma concepção de masculino e do feminino a qual possibilita julgar natural que meninos e meninas desenvolvam determinadas competências, habilidade e sensibilidades, e onde se aprende também que ocupamos uma posição na hierarquia social, o que nos permite aceitar as diferenças sociais.

Dentre os textos presente na revisão, que não caracterizam necessariamente a diferenciação de meninos e meninas, está a da autora Graziela Serroni Perosa (2006), “A aprendizagem das diferenças sociais: classe, gênero e corpo em uma escola para meninas”, a qual faz um resgate histórico de uma antiga escola de São Paulo dos anos de 1960, que só atendia alunas da alta sociedade.

A autora entrevistou as alunas daquela escola, as quais apresentam em suas falas como o ambiente escolar direcionava as moças no modo de andar, se comportar e se alimentar, status que lhes garantiriam um bom marido, rico e também da alta sociedade.

Segunda Perosa (2006) a escola ofertava um programa de aprendizagem das diferenças sociais – de classe e gênero – que traduzia as lutas dos grupos familiares para controlar a educação escolar das meninas de forma a ajustá-las às suas estratégias de reprodução social.

Na referida escola de 1960, as estudantes não poderiam ser filhas de casais divorciados e todas deveriam estar batizadas em igreja católica, a escola tinha como meta preparar moças suaves e controladas. A instituição escolar dava a sua contribuição específica para fazer da experiência feminina do corpo, um corpo para-o-outro (PEROSA. 1996. p. 108).

Esse texto apresenta como são históricas, as questões de gênero, de diferenciação de classe, de preparar as mulheres para um bom casamento, passando a mensagem de que as diferenciações são segregações que até hoje são reproduzidas no meio escolar.

No texto de Perosa (2006) é possível visualizar como as famílias de classe alta olhavam as mulheres, de forma submissa, que deveriam ser preparadas para o casamento e não para o mercado de trabalho, o qual se aproxima também do texto de Jucélia Santos Bispo Ribeiro (2006) a qual faz uma contextualização da mulher, os modelos de feminilidade pensados e exigidos pelas próprias meninas.

A autora apresenta que o domínio masculino sobre as mulheres ainda é uma realidade em vários sentidos, entretanto, não se pode mais dizer o mesmo, e de forma generalizada, quanto à passividade e submissão feminina nos sistemas de gênero.

As relações ainda empurram muitas mulheres para o universo exclusivo da casa e da reprodução, por falta de opções no mercado de trabalho, baixa escolaridade e pouca ou quase nenhuma diversificação na qualificação da mão-de-obra. Entretanto, ainda que essas mulheres não se restrinjam unicamente às tarefas da vida doméstica familiar, recorrendo às poucas alternativas de trabalho [...] o fato de receberem rendimentos de forma irregular e aquém do que ganham os homens, ainda fazem delas reféns da dominação masculina. (RIBEIRO. 2006. p. 150)

As mulheres, apesar de atualmente saírem, estarem no mercado de trabalho, ainda são muitas vezes, dependentes de um estado civil de casadas, para serem bem vistas. A mulher de meia idade, com filhos e solteira estaria no campo da incerteza, de uma sexualidade não regulada, não normatizada pelo casamento e pelas regras comunitárias (RIBEIRO, 2006).

Quando a mulher assume a sua liberdade e mesmo casada decide impor as suas vontades, sem ser submissa ao marido, o homem tende a ficar em uma situação de desconforto e constantemente torna-se julgado pela sociedade. Para Ribeiro (2006) os homens não gostam de serem vistos como aqueles que são dominados pelas mulheres, sempre estando acompanhado pela esposa ou namorada nos espaços públicos e acabam sendo alvo de comentários sobre sua sexualidade, seu poder e até de sua virilidade caso sejam identificados como homens comandados por mulheres.

Atualmente este cenário de implicação com homens que aceitam a liberdade das mulheres tem causado certo desconforto geracional, uma vez que crianças, adolescentes e jovens são alvos de críticas pelos mais velhos, quando o assunto é a forma como eles tratam e respeitam as mulheres. As famílias, ainda tradicionais, continuam educando seus filhos homens como superiores as mulheres, às vezes as próprias mães, não ensinam seus filhos em certos afazeres domésticos, pois caracterizam esta função como sendo de exclusividade da mulher e essas atitudes recaem também na escola, onde meninos e meninas, professores/as reproduzem a educação trazida de casa.

Essa educação trazida de casa, por vezes separa meninos de meninas, por entender que existe diferenciação no modo de cuidado, principalmente após os sete anos de idade. Ribeiro (2006) descreve que a partir dos sete anos, quando se percebe um interesse maior pelas questões sexuais, começa a haver uma separação das crianças por sexo, e as famílias exercem grande pressão para que essas distinções se acentuem, principalmente com os “cuidados” redobrados com as meninas.

As mães e outras mulheres convencem-nas dos perigos da proximidade com os meninos, pois elas podem ser vítimas das “ousadias” deles, ou até mesmo da violência física praticada pelos valentões. Assim, teoricamente, as meninas aprendem e reproduzem entre si que menina não anda, nem brinca com menino, pois são dois modos de ser incompatíveis na convivência cotidiana, ainda que muitas não concretizem essa idealização dos adultos. Por outro lado, aos meninos é recomendado o distanciamento das meninas, através de uma pressão social que os estigmatiza como “boiolas”, “viados” ou “osados”, caso tenham maior interesse em brincar ou ficar no meio das meninas. (RIBEIRO, 2006, p. 154).

As crianças observam as práticas de seus genitores e incorporam as idealizações e representações transmitidas pelas gerações mais velhas. Assim é possível identificar que as crianças reproduzem o olhar dos adultos, dos pais e das mães, pois as crianças muito mais do que serem orientadas pelos adultos, observam seus comportamentos e suas atitudes.

Assim, identifica-se que para as crianças, ser homem e ser mulher, já vem carregado de concepções sociais aprendidas, seja na família, na escola e no sistema das relações em que vivem o que acaba por envolver, características sociais e simbólicas como poder fazer certas coisas, exercerem legitimidade e sexualidade, assumir um comportamento dentro de uma determinada ordem (RIBEIRO 2006).

Essas concepções sociais apreendidas pelas crianças, ao verem os adultos fazerem diferenciação entre homens e mulheres é uma das questões que a categoria de análise gênero discute e busca desmistificar, mas será que os/as professores/as sabem o que é gênero?

### 3.2 Afinal o que é gênero? Conceitos de gênero presentes na revisão integrativa

Dentre os artigos analisados, foram muitos os conceitos de gênero que surgiram, autoras como Guacira Lopes Louro, Joan Scott e Judith Butler foram citadas como referências na conceituação desta categoria de análise.

Marina Altman e Helena Mariano (2016), baseadas em Donna Haraway (2014) entendem que o conceito de gênero foi desenvolvido para contestar a naturalização da diferença sexual e ainda explicar e transformar sistemas históricos de diferença sexual nos quais “homens” e “mulheres” são socialmente constituídos e posicionados em relações de hierarquia e antagonismo.

Essa referência explica em partes o propósito da categoria de análise gênero surgir, para desnaturalizar aquilo que estava naturalizado, a cultura de que homens e mulheres são diferentes e essa diferenciação pode ser usada para minimizar as mulheres, impedindo estas de garantir seus direitos sociais, de trabalho e também impedir sua liberdade.

Gênero também é visto pelas escritoras como uma categoria analítica e relacional, a qual se articula com raça, classe, geração, sexualidade, sendo pensado como uma forma de dar significado às relações de poder. Ou seja, gênero não se refere apenas à diferenciação desigual entre homens e mulheres, mas problematiza outros campos de intenso debate, dando significado as relações de poder que circulam na sociedade.

A referência que Rodrigo Pereira da Rocha Rosistolato (2009) traz de Scott, faz memória de gênero como uma categoria de análise que permite mapear os significados da masculinidade e da feminilidade em um determinado contexto sócio histórico. Gênero então é entendido como uma construção social que delimita padrões de comportamento e representações socialmente compartilhadas, de forma que ser homem ou ser mulher não é sinônimo de pertencer ao sexo masculino ou feminino, pois depende da incorporação dos papéis socialmente construídos e delimitados para um e outro gênero (ROSISTOLADO, 2009).

Assim, é possível visualizar que gênero não possui um único significado e entendimento, devido a sua complexidade de relações e influências, porém é possível afirmar que gênero possibilita uma dinâmica de transformações, indo para além do corpo e do sexo biológico, opondo-se à naturalização e à cultura que delimitam o binarismo masculino/feminino. A categoria gênero também questiona as relações de poder na sociedade, envolvendo as questões de raça, sexualidade, classe, cultura, dentre outras.



Analisando toda essa complexidade da qual gênero faz parte, é possível entender porque esse assunto é tão velado e excluído dos espaços escolares, ele provoca as pessoas a saírem de suas zonas de conforto, tendo que enxergar o novo, questionar o que acreditavam ser inquestionável, pois transcende o visual, fazendo as pessoas verem o que não é tido como normal e respeitar essas diferenças.

As questões de gênero, sexualidade, orientação sexual, só foram incorporadas verdadeiramente no âmbito do currículo escolar quando o Ministério da Educação, em 1997, instituiu os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) reafirmando a necessidade de problematizá-la junto a outros conteúdos como ética, saúde, meio ambiente e pluralidade cultural.

### **3.3 Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)**

Em alguns artigos presentes na revisão integrativa foram citados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), principalmente no texto de Rodrigo Pereira da Rocha Rosistolato (2009) “Gênero e cotidiano escolar: dilemas e perspectivas da intervenção escolar na socialização afetivo-sexual dos adolescentes”, os quais contribuíram significativamente com as escolas na abordagem de temas como sexualidade e gênero.

Desde o início do século XX, houve uma série de iniciativas para a criação de espaços escolares no debate sobre a sexualidade dos/as adolescentes, porém somente com a publicação dos PCNs a escola ganhou legitimidade para desenvolver projetos estruturados a partir de três blocos de conteúdo: a) corpo – matriz da sexualidade; b) relações de gênero; e c) prevenção a doenças sexualmente transmissíveis (DST - Aids) em todo o território nacional (ROSISTOLATO, 2009).

Com essa possibilidade, da escola desenvolver debates e atividades que envolvessem a sexualidade, ocorreu um deslocamento do privado para o público de forma que uma tarefa antes circunscrita à família passa a ser entendida como função social da escola.

A partir dos Parâmetros Curriculares Nacionais, as atividades que eram pensadas como educação sexual passaram a ser classificadas como orientação sexual. Essa mudança ocorreu porque educar parecia um ato agressivo e delimitador, enquanto que orientar parecia ser mais sinônimo de oferecimento de noções amplas e impessoais sobre a sexualidade humana, o objetivo era fazer com que os/as estudantes percebessem o caráter plural das vivências sexuais, ampliando suas possibilidades de reflexão. (ROSISTOLATO, 2009).

A orientação sexual na escola consolida-se como um conjunto de atividades que têm como objetivo ampliar o campo de reflexão dos adolescentes, sem intervir diretamente em suas escolhas. A ideia é que os estudantes tenham a possibilidade de optar pelo tipo de vivência sexual que considerarem mais adequado, no momento em que decidirem, sem que a atuação dos professores induza suas escolhas (ROSISTOLATO, 2009).

Assim a preocupação é que nenhum comportamento sexual seja desvalorizado no desenvolvimento dos projetos de orientação sexual, que cada um seja livre para decidir sobre sua vida sexual.

Observa-se que com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) as escolas ganham legitimidade para desenvolver propostas relativas à sexualidade, podendo então abordar temas como o corpo, as relações de gênero, prevenção a doenças sexualmente transmissíveis entre outros.

Desse modo, a escola passou a ser um lugar importante para trabalhar diferentes conhecimentos, incluindo a sexualidade, sendo o local onde as crianças e os/as adolescentes passam grande parte do tempo e podem contar com a participação dos/as amigos e profissionais da educação, fator que pode contribuir efetivamente no desenvolvimento de uma consciência sexual, promovendo assim escolhas assertivas, as quais poderão prevenir doenças sexualmente transmissíveis, gravidez e outros agravos a saúde e ao bem-estar.

#### **3.4. As questões de gênero presentes no dia a dia de sala de aula**

Alguns textos da revisão trazem situações vivenciadas pelas crianças e pelos/as professores/as no espaço escolar, que estão envolvidas diretamente com as questões de gênero. Como será que essas situações são trabalhadas pelos/as profissionais? Como a escola prepara os/as profissionais para tais situações? Qual o poder da escola para maximizar ou minimizar as desigualdades de gênero?

A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional de 1996 garantem a criança de 0 a 6 anos o direito de serem educadas em creches e pré escola. A educação infantil é a primeira etapa da educação básica, a qual marca o início da fase em que as crianças irão conviver com um novo grupo social, essa etapa se caracteriza como uma inserção ao mundo do conhecimento intelectual, onde o corpo ganha destaque, os gestos, as posturas são alinhadas socialmente, seguindo padrões de conduta e valores culturais em que a criança está inserida (VIANA; FINCO, 2009).

Na educação infantil as crianças passam a maior parte do tempo com outras crianças e é neste momento que o seu protagonismo vai ganhando destaque. As relações das crianças apresentam-se como uma das formas de introdução de meninos e meninas na vida social, a

educação infantil não só cuida do corpo da criança, como o educa, direcionando seus movimentos, posturas e expressões.

Para muitas crianças, a instituição escolar é o primeiro lugar público que frequentam com regularidade, tendo aí a possibilidade de vivenciar experiências culturais distintas das ofertadas pelo ambiente familiar. (ISABEL DE OLIVEIRA E SILVA; IZA RODRIGUES DA LUZ, 2010).

A forma como o corpo é moldado é uma construção social que se dá nas relações das crianças com os adultos, sendo que o corpo passa a ser modificado, adestrado também segundo os parâmetros culturais e educacionais (VIANA; FINCO, 2009).

Essa produção dos corpos é reiterada em vários campos culturais e também está presente nas escolas e em seus currículos. A produção dicotômica dos corpos está presente em várias práticas: fila de meninas-alunas, fila de meninos-alunos; banheiro de meninas-alunas, banheiro de meninos-alunos; desenho com seta para meninos- alunos, desenho com coração para meninas-alunas; meninos-alunos dançam de um lado, meninas-alunas, de outro; meninos-alunos tiram o chapéu, meninas-alunas seguram a saia. (CRISTINA DE ÁVILA REIS; MARLUCY ALVES PARAÍSO, 2014).

São várias as situações em que os corpos são separados em dois grupos: o grupo daqueles considerados meninos-alunos e o daquelas consideradas meninas-alunas. Para que as fronteiras fiquem mais nítidas, roupas, adornos e pertences são padronizados para cada sexo instituído (REIS; PARAÍSO, 2014).

Essas práticas classificam e dividem os corpos em dois grupos, estabelecendo, assim, um não lugar para aqueles/as que não se enquadram no padrão cultural do corpo sexuado que lhes foi atribuído no nascimento. Não há lugar, em práticas curriculares para aqueles corpos que se situam nas fronteiras, ou para aqueles que transitam entre as fronteiras (REIS; PARAÍSO, 2014).

Homens e mulheres adultos educam crianças definindo em seus corpos diferenças de gênero. As características físicas e os comportamentos esperados para meninos e meninas são reforçados nos pequenos gestos e práticas do dia a dia na educação infantil. O fato de pedir para a menina ajudar na limpeza da sala e do menino carregar coisas pesadas já demonstram que as expectativas são diferentes (VIANA; FINCO, 2009).

Meninos e meninas desenvolvem seus comportamentos e potencialidades a fim de corresponder a expectativa de masculinidade e feminilidade em nossa sociedade e a educação infantil acaba por reforçar as habilidades específicas para cada sexo. (VIANA; FINCO, 2009).

Contudo, mesmo quando a educação infantil e a escola, insistem em fabricar corpos submissos e afeitos aos padrões tradicionais de gênero, esses corpos, mesmo ainda pequenos, insistem em resistir e rebelar-se. Meninos que se vestem de noiva, meninas consideradas abrutalhadas destoam das habilidades de gênero que muitas vezes as/os professoras insistem em reforçar. (VIANA; FINCO, 2009).

A estranheza é o primeiro sentimento que as crianças transgressoras provocam nas/os professoras/es. Essas crianças mostram que é possível fazer educação produzindo diferenças, mesmo que isso se constitua em um grande desafio, tal estranheza deriva da exposição do que todos/as esperavam que se mantivesse oculto e restrito. A criança transgressora desafia as normas pressupostas e coloca-as em discussão. Mostra, por suas ações, que masculinidades e feminilidades são construções sociais (VIANA; FINCO, 2009).

Para Érica Renata de Souza (2006) as distinções de gênero são mantidas pela escola através da sua organização, das estratégias de controle e motivação das crianças, da organização e conteúdo das lições, das conversas informais entre aluno/as e professores/as e das atividades estereotipadas das crianças. Porém a escola não é a única instituição responsável pelas distinções de gênero, pois ao chegar à escola, garotos e garotas já têm noção do que devem ser seus respectivos “comportamentos apropriados”.

Através da linguagem, a criança aprende a “comportar-se apropriadamente” como garoto ou garota; as conversas em sala de aula (aliadas aos componentes não-verbais) são apenas um dos meios de estruturação das relações de desigualdades, as quais, muitas vezes, foram estabelecidas em outros contextos (fora da escola e também através da linguagem não-verbal), sendo apenas reconstruídas ou sustentadas em sala de aula. (SOUZA, 2006, p. 171)

Situações de desigualdades são vivenciadas em sala de aula por meninos e meninas e professores/as. Souza (2006) descreve que homens dominam mulheres e garotos dominam garotas na realização das tarefas, onde os professores e professoras colaborariam oferecendo mais atenção aos garotos e sugerindo desvantagens para as meninas no aprendizado de áreas como matemática e ciências, tidas como pertencentes ao domínio masculino.

Mesmo que não figure em nenhuma diretriz educacional que a escola deve ensinar meninos a serem meninos e meninas a serem meninas, esse parece ser um conteúdo curricular assumido, trabalhado e priorizado pelas escolas. Infelizmente, o que se constata é que há muito mais sendo ensinado do que o que está escrito nos projetos político-pedagógicos e planejamentos de aula (ALEXANDRE BORTOLINI, 2015).

Evidencia-se assim que ainda está muito presente a força da cultura machista que impede mudanças nas práticas educacionais. As escolas sofrem com a ausência de condições

institucionais que viabilizam um projeto cultural de transformação das experiências de meninos e meninas.

Torna-se necessário entender que a escola não é uma ilha.

Embora saibamos que historicamente tem cumprido principalmente o papel de reprodutora de uma visão naturalizada das relações sociais, notamos que os debates que atravessam a sociedade brasileira também podem se sentir nas salas de aula. Há um saudável incômodo de educadores/as, gestores/as das políticas públicas e do ativismo em trazer para o cotidiano escolar a reflexão dos direitos humanos em uma perspectiva ampla. Está em curso, portanto, a produção incessante de contradiscursos, e a escola, de múltiplas formas, está inserida nessa disputa. (BERENICE BENTO, 2011 p.558 )

A autora defende que a escola precisa assumir que tem sim, limites para lidar com as diferenças, falar de gênero e sexualidade ela já fala e já trabalha, ela precisa perceber isso, precisa apenas perceber onde, quando, por que caminhos e com que efeitos ela tem trabalhado.

Torna-se necessário, assim, segundo essa autora, visualizar que a superação da desigualdade passa pela educação desde a primeira infância, em espaços coletivos e na esfera pública e que a escola tem uma importância única neste cenário, devido a sua capacidade de provocar o contato com a diferença e a multiplicidade de experiências, de discursos, de sujeitos e de possibilidades.

Se não há caminho certo, o que ainda há, certamente, é um longo caminho a ser percorrido, não apenas na *desconstrução* das violências e desigualdades de gênero-sexualidade na escola, mas na *construção* de uma pedagogia não heteronormativa. E superar a violência e a discriminação das relações interpessoais é só o início do processo, embora seja um urgente começo. (BORTOLINI, 2015. P. 499)

Dessa forma, este artigo aponta a necessidade da produção de outras práticas educacionais. Práticas pedagógicas e de gestão que invistam na construção de outras representações e relações de gênero-sexualidade, que não hierarquizem, que não estigmatizem, que não violentem, que não matem. Práticas a serem construídas cotidianamente. (BORTOLINI, 2015).

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Ao findar este estudo vem em mente uma frase que se encaixa com as reflexões finais “precisa de muita chuva para molhar esse chão”, ou seja, fazem-se necessários ainda, estudos, diálogos, embates para transformar o que muitos/as educadores/as pensam sobre gênero e educação. Passos firmes já foram dados, como os Parâmetros Curriculares Nacionais, que dispõem de temas transversais, que podem incluir gênero, mas o retrocesso está gritante neste sentido, então torna-se necessário unir forças e não deixar que as escolas e seus/suas profissionais deixem de trabalhar as questões de gênero em sala de aula.

Para que essas questões não fiquem as margens torna-se importante que profissionais que estão em sala de aula, possuam formação específica em gênero, ou que nos cursos de pedagogia e licenciatura fossem ministradas disciplinas e leituras referentes a este assunto incorporando na formação das/os professores, também que estes/as buscassem estudos continuados como a pós em Gênero e Diversidade Escolar oferecida pela UFSC, pois assuntos relacionados a gênero surgem em sala de aula e são fundamentais de serem esclarecidos de forma correta, gerando conhecimento aos/as alunos/as.

Ao fundamentar-se na ideia de que as pessoas são educadas e produzidas nas relações sociais, tem-se um passo importante na superação de preconceitos e estereótipos de gênero, classe, raça, capacidade física, ou outros, que precisa chegar ao conhecimento de todos/as, precisa ser debatido antes até mesmo de chegar em sala de aula, pelos/as próprios/as professores/as, abrindo espaços de diálogo e de conhecimento, só assim práticas que hierarquizam e estabelecem diferenciações entre meninos de meninas, poderão ser superadas no cotidiano escolar.

Observa-se também a necessidade nas escolas de ultrapassar a ideia de “papéis masculinos e papéis femininos”, numa visão funcionalista que atribui certas funções como auxiliar o/a professor/a, organizar a sala somente às meninas e tantas outras atividades, jogos, que são direcionados pelos/as professores/as conforme os sexos biológicos, criando e reforçando estereótipos de gênero.

A escola possui um papel fundamental na vida das crianças e dos/as adolescentes em nossa sociedade, faz com que se relacionem com pessoas diferentes do meio familiar e devido toda essa sua importância, esse espaço de socialização precisa ser valorizado e trabalhado para não recriar pensamentos e atitudes sexistas, conhecimentos fechados, mas sim se atualizar, trazer para dentro da escola assuntos atuais, transformadores, que façam os sujeitos refletirem.

Ao analisar os 18 artigos, de duas diferentes revistas, observa-se que a maioria deles propõe mudança de atitudes nas escolas e em sala de aula, alguns até apontam o caminho que se faz necessário para essas mudanças acontecerem. Porém é desanimador que nenhum descreva experiências que deram certo efetivamente. Fica a esperança de que podem ter ocorrido.

Assim, sugere-se a continuidade de cursos e de estudos que tragam as discussões relativas a gênero, seja em sala de aula ou para professore/as, pois só assim o chão poderá permanecer molhado e gerar novas sementes de esperança, de transformação e de igualdade.

## 5. REFERÊNCIAS:

- BENTO; Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 19(2): 336, maio-agosto/2011
- BORTOLINI; Alexandre. O sujeito homossexual como tema de aula: limites e oportunidades didáticas. **Cadernos Pagu**(45), julho-dezembro de 2015:479-501
- BUTLER, Judith. Buthler e a desconstrução do gênero. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003. **Estudos Feministas**, Florianópolis, janeiro-abril/2005. 236 p.
- FRANCO; Neil. CICILLINI; Graça Aparecida. Professoras *trans* brasileiras em seu processo de escolarização. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 23(2): 352, maio-agosto/2015
- GANONG, L.H. Integrative reviews of nursing. **Rev. Nurs Health**, v.10, n. 1, p. 1-11, 1987.
- HARAWAY, Donna. Gênero para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu** (22), Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, jan-jun. 2004, pp.201-246.
- LAGO. Mara Coelho de Souza. Narrar a REF e fazer a REF: uma história coletiva. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 21(2): 336, maio-agosto/2013
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis – RJ: Vozes, 1997.
- LUCA, Tânia Regina. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005
- MARIANO; Marina ALTMANN; Helena. Educação Física na Educação Infantil: educando crianças ou meninos e meninas? **Cadernos Pagu**(46), janeiro-abril de 2016:411-438
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2010.
- NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 9, jan. 2000. ISSN 0104-026X. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11917>>. Acesso em: 17 nov. 2016.
- PEROSA; Graziela Serroni. A aprendizagem das diferenças sociais: classe, gênero e corpo em uma escola para meninas. **Cadernos Pagu** (26), janeiro-junho de 2006: pp.87-111
- PLANO NACIONAL DA EDUCAÇÃO. Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>. Acesso em 24 de setembro de 2016.



PUPPO. *Kátia*. Questão de gênero na escola. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Etica/20\\_pupo.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Etica/20_pupo.pdf). Acesso em 27 de junho de 2016.

RAMOS. Tânia Regina Oliveira; MUZART. Zahidé Lupinacci. REF 20 anos Militância e academia em publicações feministas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 21(2): 336, maio-agosto/2013

REIS. Cristina d'Ávila. PARAÍSO; Marlucey Alves. Normas de gênero em um currículo escolar: a produção dicotômica de corpos e posições de sujeito meninos-alunos. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 22(1): 416, janeiro-abril/2014

RIBEIRO; Jucélia Santos Bispo. Brincadeiras de meninas e de meninos: socialização, sexualidade e gênero entre crianças e a construção social das diferenças. **Cadernos Pagu** (26), janeiro-junho de 2006: pp.145-168.

ROSISTOLATO; Rodrigo Pereira da Rocha. Gênero e cotidiano escolar: dilemas e perspectivas da intervenção escolar na socialização afetivo-sexual dos adolescentes. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 17(1): 296, janeiro-abril/2009

SCAVONE. Lucila. Perfil da REF dos anos 1999-2012. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 21(2): 336, maio-agosto/2013.

SILVA; Isabel de Oliveira. LUZ; Iza Rodrigues da. Meninos na Educação Infantil: o olhar das educadoras sobre a diversidade de gênero. **Cadernos Pagu** (26), janeiro-junho de 2006: pp.169-199.

VIANA; Claudia. FINCO; Daniela. Meninas e meninos na Educação Infantil: uma questão de gênero e poder. **Cadernos pagu**(33), julho-dezembro de 2009:265-283

## APÊNDICE A



## PROTOCOLO PARA REVISÃO INTEGRATIVA

### I. PESQUISADORAS

Prof<sup>a</sup> Doutora: Cristina Scheibe Wolff (1)

Pós graduanda: Mirian Menegatti (2)

### II. PARTICIPAÇÃO DOS PESQUISADORES:

- Elaboração protocolo: 1, 2
- Busca e seleção dos estudos:2
- Checagem dos dados coletados:1,2
- Busca dos estudos completos:2
- Avaliação crítica dos estudos: 2
- Síntese dos dados: 1, 2
- Análise dos dados, resultados e elaboração do artigo: 1,2
- Apreciação final, avaliação e sugestões:1,2
- Finalização do artigo e encaminhamento para revista: 1,2
- Os números condizem ao nome dos pesquisadores apresentados no item anterior.

### III.PERGUNTA:

O que as revistas Estudos Feministas e Cadernos Pagu tem publicado sobre gênero no contexto escolar nos últimos dez anos?

### IV.OBJETIVO:

Analisar o que as revistas: Estudos Feministas e Cadernos Pagu, tem referido sobre gênero no contexto escolar nos últimos dez anos.

### V. DESENHO DO ESTUDO

Trata-se de uma Revisão Integrativa, com abordagem qualitativa. As etapas serão conduzidas a partir de (GANONG, 1987):

- 1) Escolha da pergunta de pesquisa;
- 2) Definição dos critérios de inclusão e exclusão dos estudos;
- 3) Seleção da amostra a partir da aplicação dos critérios;
- 4) Inclusão dos estudos selecionados em formato de tabela construída a partir do Microsoft Word;
- 5) Análise dos resultados, identificando diferenças e conflitos;
- 6) Discussão e análise dos resultados;
- 7) Apresentação do estudo em forma de monografia;

**VII. CRITÉRIOS DE INCLUSÃO:**

- ✓ Estudos publicados no formato de artigos científicos;
- ✓ Estudos completos publicados na íntegra, na língua portuguesa, com acesso livre;

**VIII. CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO:**

- ✓ Estudos do tipo: revisões bibliográficas não sistematizadas, cartas, resenhas, editoriais, trabalhos publicados na forma de resumo, publicações governamentais; boletins informativos;
- ✓ Estudos que não estavam disponibilizados no formato completo para análise;
- ✓ Artigos que não estejam em português;

**IX - ESTRATÉGIAS DE BUSCA (Pesquisa avançada)****PASSOS DA PESQUISA:**

- 1) Pesquisa realizada em 25 de julho de 2016 na biblioteca da Universidade Comunitária da Região de Chapecó – Unochapecó, nas revistas Estudos Feministas e Cadernos Pagu, buscando artigos referentes a gênero no contexto escolar, observando o ano de publicação e a titulação, bem como todos os critérios de inclusão e exclusão dos estudos, fazendo um levantamento de quantos são e elaborando um fichamento de todos.
- 2) Pesquisa realizada no dia 28 de julho, de forma *online*, no site <http://www.ieg.ufsc.br/>, buscando as revistas Estudos Feministas e Cadernos Pagu, analisando os anos mais recentes que não foram encontrados na biblioteca da universidade, analisando todos os sumários e salvando em arquivo próprio todos os artigos referentes a gênero no contexto escolar;

**X. BUSCA, SELEÇÃO E ORGANIZAÇÃO DOS ESTUDOS:****1ª Etapa do estudo:**

- 1) Busca do quantitativo de trabalhos apresentados;
- 2) Leitura individual dos títulos e resumos de todos os trabalhos encontrados;
- 3) Todos os estudos que atenderem aos critérios de inclusão e exclusão serão coletados e salvos em biblioteca específica do gerenciador;
- 4) Revisão dos estudos pré-selecionados;

**2ª Etapa do estudo:**

- 1) Leitura dos artigos completos, serão excluídos os trabalhos fora do tema conforme concordância dos pesquisadores.
- 2) Os trabalhos incluídos será organizados em planilha (anexo 1) contendo:
  - ✓ Ano de publicação
  - ✓ Título
  - ✓ Autor(es)
  - ✓ Natureza da pesquisa (tipo de abordagem, metodologia)
  - ✓ Objetivos
  - ✓ Principais Resultados/conclusões/contribuições

### XI. AVALIAÇÃO CRÍTICA DOS ESTUDOS

Para análise dos estudos será realizada a leitura minuciosa dos trabalhos na íntegra, com o objetivo de analisar o que as revistas Estudos Feministas e Cadernos Pagu tem referido sobre gênero no contexto escolar nos últimos dez anos. Para seguir as diretrizes da Revisão Integrativa, os achados serão organizados em uma matriz e analisados a partir itens relacionados nesta. Dentro de todos os itens as ideias serão agrupadas por similaridade, de modo a se desenvolver uma síntese de forma narrativa. Esta avaliação segue o modelo analítico de Ganong (1987) que orienta a construção de Revisões Integrativas da Literatura.

### XII. DIVULGAÇÃO

O manuscrito será encaminhado para os periódicos ou eventos científicos das áreas de educação/gênero.

### XIII. CRONOGRAMA

Atividade/ Período	J ul	Ag o	Set	Out	Nov	De z
Elaboração de protocolo	x					
Busca dos estudos	X					
Seleção dos estudos		X				
Organização dos estudos em tabela		X				
Avaliação crítica dos estudos			x			
Análise dos dados coletados			x			
Discussão e Conclusões				x		
Elaboração artigo Revisão Integrativa					x	x
Finalização do Artigo						x
Encaminhamento do Artigo para periódico e/ou eventos						x

### XIV. REFERÊNCIAS:

GANONG, L.H. Integrative reviews of nursing. *Rev. Nurs Health*, v.10, n. 1, p. 1-11, 1987.

**APÊNDICE B****Tabela 03: DADOS DA REVISTA ESTUDOS FEMINISTAS COMPLETO**

Ano	Título	Autores/as	Natureza da pesquisa (tipo de abordagem, metodologia)	Objetivos	Principais Resultados/conclusões/contribuições
2009	Gênero e cotidiano escolar: dilemas e perspectivas da intervenção escolar na socialização afetivo-sexual dos adolescentes	Rodrigo Pereira da Rocha Rosistolato	O material empírico que sustenta as argumentações é composto de 16 entrevistas em profundidade, realizadas com docentes responsáveis pelos espaços escolares onde se desenvolvem projetos de orientação sexual no ensino fundamental do Rio de Janeiro: os Núcleos de Adolescentes Multiplicadores (NAMs). Também foram realizadas “observações participantes” em um curso de formação para professores que desejam trabalhar com orientação sexual na escola.	Analisa as classificações de gênero utilizadas por professores que desenvolvem projetos de orientação sexual na cidade do Rio de Janeiro para explicar as perspectivas e os dilemas da intervenção escolar na socialização afetivo-sexual dos adolescentes.	As representações de gênero apresentadas oscilam entre classificações modernas e tradicionais sobre a feminilidade e a masculinidade. Os projetos eram coordenados majoritariamente por professoras, e a participação discente também era basicamente feminina. As professoras buscavam coerência entre sua atuação nos espaços escolar e familiar. Porém, ao mesmo tempo que orientavam seus alunos para combater as desigualdades de gênero, apresentavam dúvidas e incertezas quanto à possibilidade de educar seus filhos a partir de ideais igualitários de gênero, principalmente os filhos homens. Situações domésticas contrastavam com performances em sala de aula, apresentando tensões entre negação e afirmação das masculinidades e feminilidades tradicionais.
2011	Na escola se aprende que a diferença faz a diferença	Berenice Bento	Deter-me-ei principalmente nas respostas que a escola tem dado aos/às estudantes que apresentam performances de gênero que	Problematiza os limites das instituições sociais em lidar com os sujeitos que fogem às normas de gênero.	O que está posto é uma evidente disputa com os valores hegemônicos que localizam e conferem direitos apenas a uma parcela da humanidade. Essa disputa revela a precariedade de um

			fogem ao considerado normal.		sistema de gênero e sexualidade assentado no império do biológico e, conseqüentemente, na genitalização das relações sociais. Essa precariedade pode ser observada quando milhões de pessoas ocupam espaços públicos demandando humanidade e tencionando os limites dos direitos humanos, quando pessoas transexuais reivindicam direitos e explicitam o debate sobre a diversidade/diferença de gênero.
2011	Ser professora, ser mulher: um estudo sobre concepções de gênero e sexualidade para um grupo de alunas de pedagogia.	Paulo Rennes Marçal Ribeiro	Para a realização desta pesquisa qualitativa, de tipologia analítico-descritiva, foi utilizada uma entrevista semiestruturada com as universitárias escolhidas. A construção e a análise do objeto têm como fundamentação teórica os estudos de Michel Foucault, Joan Scott e Guacira Lopes Louro	Investigar as concepções de relações de gênero de um grupo de alunas do curso de Pedagogia que já atuam na educação escolar como professoras.	Constatamos que, em um processo de “acomodação” e “resistência”, as categorias “mulher” e “professora” se fundem, o que obscurece, em certa medida, a atuação da professora como profissional da educação.
2011	Práticas pedagógicas reprodutoras de desigualdades: a sub representação de meninas entre alunos superdotados	Ana Paula Poças Zambelli dos Reis Candido Alberto Gomes	A presente pesquisa investigou os critérios para identificar e encaminhar esses alunos. Com base em dados especialmente tabulados, foi selecionada a área geográfica com a menor representação de alunas, onde se realizaram	Investigar se os sinais manifestos de superdotação são mais detectados nos alunos do que nas alunas e por quê.	Conclui-se que, ao se tratar de crianças com altas habilidades/superdotação, as semelhanças entre os gêneros são consideradas mais numerosas pelos profissionais das salas de recursos, ao contrário dos profissionais do ensino regular.  A análise revelou que a subestimativa

			entrevistas semiestruturadas com os profissionais do ensino regular, responsáveis pela indicação dos alunos, e com os profissionais do Programa. Após cada entrevista, foi entregue um formulário, em forma de check-list, com as características e/ou comportamentos que podem ser evidenciados nos alunos e nas alunas identificados como superdotados.		dos talentos femininos ocorre na seleção e na indicação de discentes pelos professores do ensino regular, quando as meninas são vistas pelas lentes de estereótipos, com a internalização de imagens de inferioridade pelas/os próprias/os professoras/es, em ampla maioria mulheres. Entretanto, os professores e os psicólogos do Programa evidenciaram ter compreensão da paridade de gênero e do conceito de altas habilidades/superdotados, esse coerente com a literatura. Assim, a sub-representação de meninas surge antes da porta de entrada, devendo os professores do ensino regular ser adequadamente preparados para realizar as indicações.
2011	Um bocado de sexo, pouco giz, quase nada de apagador e muitas provas: cenas escolares envolvendo questões de gênero e sexualidade	Fernando Seffner	Relato e na análise de cenas escolares, fruto de etnografia em salas de aula do ensino fundamental e do ensino médio na cidade de Porto Alegre, onde questões de gênero e sexualidade estão implicadas	Análise de cenas escolares, fruto de etnografia em salas de aula do ensino fundamental e do ensino médio na cidade de Porto Alegre	O roteiro de cenas selecionadas permite transitar entre temas que envolvem autonomia pedagógica da escola; aprendizagem científica e processos de socialização no ambiente escolar; educação pública laica; valorização da diversidade; estratégias de inclusão; políticas de equidade de gênero; qualidade das aprendizagens escolares; papel do professor como um adulto de referência; e especificidades da educação pública. Privilegiam-se atravessamentos de gênero e sexualidade com raça, classe social, pertencimento religioso, moralidades familiares e



					geração. Ao final, estabelecemos alguns princípios gerais para o trabalho com gênero e sexualidade na escola.
2014	Normas de gênero em um currículo escolar: a produção dicotômica de corpos e posições de sujeito meninos-alunos	Cristina d'Ávila Reis Marlucy Alves Paráiso	Pesquisa desenvolvida junto a uma turma de quarto ano do ensino fundamental de uma escola pública, por meio de procedimentos etnográficos de coleta de informações e análise queer das informações coletadas. Foram utilizados, como referenciais teóricos, os estudos queer e a vertente pós-estruturalista dos estudos culturais	Observar e analisar a produção de corpos e posições de sujeito meninos-alunos em um currículo escolar.	Analisa-se, neste trabalho, a atuação de normas de gênero na constituição dicotômica de corpos masculinos e femininos, no currículo pesquisado. Corpos meninos-alunos são produzidos como opostos aos corpos tidos como meninas-alunas, mas, também, como o polo oposto normal dos considerados anormais: meninoaluno- bichinha e menino-aluno-mulherzinha.
2015	Usos e incompreensões do conceito de gênero no discurso educacional no Brasil	Maria Eulina Pessoa de Carvalho Glória Rabay	Enfoca a substituição da variável sociológica sexo por gênero, em formulários de identificação e tabelas de caracterização de sujeitos, e a confusão entre paridade de sexo e equidade de gênero, que reduz este a uma característica individual ou um marcador identitário. Segundo, demonstra a incompreensão expressa nas percepções e nos discursos de docentes de ambos os	Assinala usos e incompreensões do conceito de gênero no campo educacional no Brasil e suas implicações para as políticas e práticas educacionais	Destaca, em discursos de mulheres docentes de Matemática, o desconhecimento da problemática em uma disciplina onde a presença de mulheres continua reduzida. Argumenta, enfim, sobre a importância da transversalização da perspectiva de gênero no ensino superior e na pesquisa.

			sexos, situados em cursos superiores masculinos, onde segue invisível ou não problematizado o gendramento de campos de conhecimento e carreiras		
2015	Professoras trans brasileiras em seu processo de escolarização	Neil Franco  Graça Aparecida Cicillini	Relatos, analisados à luz das teorias pós-críticas, sobretudo a teoria queer.	Contextualiza os caminhos percorridos e os obstáculos enfrentados por professoras trans brasileiras durante seu processo de escolarização e inserção na docência.	Seus relatos, analisados à luz das teorias pós-críticas, sobretudo a teoria queer, elucidaram suas vidas escolares emaranhadas por processos de resistências e enfrentamentos constantes desde a educação básica, passando pela educação superior e mantendo-se na atuação docente. Nesse sentido, o discurso dessas professoras possibilitou a emersão de “sinais de fissuras na heteronormatividade”, confirmando que, apesar de seu papel hegemônico como reprodutora e mantenedora das normas de gênero e de sexualidades, a escola é num dos espaços possíveis para a efetivação do direito de constituir-se como humano.

**Tabela 04: DADOS DA REVISTA CADERNOS PAGU COMPLETO**

Ano	Título	Autores/as	Natureza da pesquisa (tipo de abordagem, metodologia)	Objetivos	Principais Resultados/conclusões/contribuições
2006	Pequena infância, educação e gênero: subsídios para um estado da arte*	Ana Lúcia Goulart de Faria	Com o objetivo de iniciar a descrição de um estado da arte este texto reúne pesquisas até então esparsas da área da educação infantil (primeira etapa da educação básica) que analisam as relações de poder entre meninas e meninos de 0 a 6 anos que freqüentam, por longas horas do dia, creches e pré-escolas; entre elas e eles e as profissionais predominantemente do sexo feminino, por opção de suas mães (e às vezes também de seus pais) e investigam também as relações de poder entre essas mulheres adultas	Iniciar a descrição de um estado da arte este texto reúne pesquisas até então esparsas da área da educação infantil (primeira etapa da educação básica) que analisam as relações de poder entre meninas e meninos de 0 a 6 anos	O texto mostra que também por trazer a criança, principalmente as pequenas, para assumir seu papel na construção da realidade, a luta feminista é grande responsável pelas modificações sociais da gestão do tempo cotidiano.
2006	Marcadores sociais da diferença e infância: relações de poder no contexto escolar	Érica Renata de Souza	Na primeira parte do artigo apresento contribuições de autores de diversas áreas no que se refere às relações de gênero em sala de aula, entre crianças e adolescentes. Na segunda parte, apresento resultados parciais da pesquisa de campo de minha dissertação de Mestrado,	Analisar temas como a relação das crianças com as diferenças de classe, raça, gênero e outros marcadores sociais, as hierarquias de poder na sala de aula e as concepções infantis sobre heteronormatividade.	

			realizada numa escola pública da cidade de Campinas, Estado de São Paulo, analisando temas como a relação das crianças com as diferenças de classe, raça, gênero e outros marcadores sociais, as hierarquias de poder na sala de aula e as concepções infantis sobre heteronormatividade.		
2006	Brincadeiras de meninas e de meninos: socialização, sexualidade e gênero entre crianças e a construção social das diferenças	Jucélia Santos Bispo Ribeiro	Material etnográfico coletado durante trabalho de campo através de observações e entrevistas com grupos de crianças de 07 a 14 anos de idade.	O artigo discute a socialização infantil em relação à construção da sexualidade e à identidade de gênero reproduzida e re-elaborada pelas crianças, em especial, os modelos de feminilidade pensados e exigidos pelas próprias meninas, modelos estes presentes nos jogos e brincadeiras entre garotos e garotas de uma comunidade praieira na Bahia, de maioria negra e pobre.	Ser homem e ser mulher está relacionado não somente com o aparato anatômico-fisiológico, mas com concepções sociais, muitas aprendidas na família e no sistema das relações em que vivem. A categoria homem e mulher, neste caso, menino e menina, envolve atributos sociais e simbólicos, como poder fazer certas coisas, exercer legitimamente a sexualidade, assumir comportamentos dentro de uma determinada ordem.
2006	Jogos de gênero: o recreio numa escola de ensino fundamental	Tânia Mara Cruz Marília Pinto de	Baseado em pesquisa etnográfica realizada em 2001 numa escola pública de São Paulo, este artigo trata das relações de gênero entre crianças de 7 a 10 anos,	Observar as relações de gênero entre crianças para, a partir daí, definirmos as problemáticas emergentes	Ao articular o conceito de conflito a significados simultaneamente lúdicos e de agressividade, passamos a compreendê-lo como “jogos de gênero”, um dos modos possíveis de

		Carvalho	especialmente durante os recreios. Focamos as interações conflituosas entre os sexos, buscando revelar as múltiplas nuances dos jogos de poder que ações aparentemente similares escondiam.	e selecionar, dentre elas, um objeto de estudo pertinente	sociabilidade nas relações entre meninos e meninas.
2006	A aprendizagem das diferenças sociais: classe, gênero e corpo em uma escola para meninas	Graziela Serroni Perosa	Interroga-se as modalidades de participação da escola na produção de disposições corporais e habilidades sociais específicas, evidenciando-se de que maneira processos de escolarização podem estar na base da aprendizagem de diferenças de classe e gênero. Os procedimentos metodológicos incluíram questionários, entrevistas com ex-alunas, diretoras e exprofessoras, análise de fotografias dos ambientes e do cotidiano escolar.	Este artigo discute a relação entre educação e estratificação social por meio do estudo de uma escola confessional em uma escola privada, voltada para atender famílias de alta renda na cidade de São Paulo, por volta de 1960.	Os resultados sugerem que o exame das modalidades de escolarização é particularmente eficaz para a compreensão dos processos de diferenciação social nas sociedades contemporâneas
2009	Meninas e meninos na Educação Infantil: uma questão de gênero e poder	Claudia Vianna Daniela Finco	Este artigo trata das relações de gênero e poder presentes nos processos de socialização de crianças pequenas e analisa as estratégias voltadas para a normalização e o controle das expressões corporais de meninas e meninos	Analisa as estratégias voltadas para a normalização e o controle das expressões corporais de meninas e meninos	Ao buscar compreender como ocorria a educação de meninos e meninas que transgrediam as fronteiras do que lhes era imposto, verificamos como as características aparentemente naturalizadas e direcionadas à masculinidade e à feminilidade são resultantes de muitos esforços para deixar marcas distintas no corpo, no comportamento e nas habilidades dessas

					crianças.
2010	Meninos na Educação Infantil: o olhar das educadoras sobre a diversidade de gênero	Isabel de Oliveira e Silva  Iza Rodrigues da Luz	A pesquisa foi realizada em uma instituição de Educação Infantil pública de Belo Horizonte. Elementos analisados neste texto foram obtidos por meio de entrevistas com educadoras e coordenadora de um dos turnos.	Analisa as concepções de educadoras sobre a educação de meninos no contexto institucional.	As informações construídas durante a pesquisa indicam que elas orientam-se por uma imagem de masculinidade que priva os meninos de maior contato corporal e afetivo e de experiências significativas de convivência e brincadeiras tidas como adequadas somente para as meninas.
2010	O trabalho como fator determinante da defasagem escolar dos meninos no Brasil: mito ou realidade?	Amélia Cristina Abreu Artes  Marília Pinto de Carvalho	Desenvolve-se uma modelagem estatística, visando explicar a defasagem entre idade e anos de estudo a partir da variável sexo e considerando o fator trabalho como variável de controle.	Avaliar a influência do trabalho nas trajetórias escolares a partir dos microdados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio – PNAD 2006	Os resultados indicam que o trabalho prejudica o percurso escolar mais intensamente para os meninos e os afazeres domésticos de forma mais sutil para as meninas, com resultados piores para os negros de ambos os sexos, mas somente essa variável não explica a maior defasagem escolar do sexo masculino.
2015	O sujeito homossexual como tema de aula: limites e oportunidades didáticas	Alexandre Bortolini	Este trabalho foi desenvolvido a partir do material produzido por participantes de cursos de formação continuada em gênero, sexualidade e educação ofertados pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.	Analisa três atividades pedagógicas realizadas por profissionais de educação que se propuseram abordar a homossexualidade com suas turmas de educação básica, como parte do seu processo de aprendizado, em escolas públicas da região metropolitana do Rio de Janeiro	Tento aqui conduzir nossa reflexão crítica para, a partir dessas experiências, pensar sobre o caminho didático que elas apontam, qual seja: investir na descrição do sujeito homossexual/gay/lésbica como forma de trabalhar questões de gênero-sexualidade para além de uma perspectiva heteronormativa.
2016	Educação Física na Educação	Marina	A metodologia empregada na	Este artigo trata das	Expectativas e incentivos docentes,

	Infantil: educando crianças ou meninos e meninas?	Mariana Helena Altmann	pesquisa que originou consistiu na realização de observações de aulas e entrevistas com um professor e uma professora que lecionam em escolas públicas de um município da Região Metropolitana de Campinas, SP, Brasil.	relações de gênero em aulas de Educação Física na Educação Infantil.	quando expressas para as crianças de forma polarizada, produziram desigualdades de gênero. Intervenções menos polarizadas produziram relações de gênero menos hierarquizadas e desiguais entre as crianças, constituindo meninos e meninas como capazes de aprender e vivenciar o corpo e os gestos de forma ampla e diversificada.
--	---	------------------------------	---	--	---